



FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

NOTA TÉCNICA N° 111/2020/SERCO/COCAT/CGLOG/DEADM/PRESI

PROCESSO N° 25100.005853/2020-92

INTERESSADO: AUDIT/GAB

1. ASSUNTO

1.1. Inscrição de servidoras públicas no 4º Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas aquisições, com ônus para a Funasa.

2. DA INSTRUÇÃO

2.1. À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Recursos Logísticos,

2.2. Versam os autos sobre a inscrição das servidoras **Fernanda Rodrigues de Moraes**, Procuradora-Federal, DAS-101.3, Matrícula Siape nº 2252549, **Liziane Raquel Moreira**, Diretora Substituta, DAS-101-5, Matrícula Siape nº 1748209, **Pamella Daniel de Vasconcelos**, Coordenadora de Gestão e Monitoramento de Projetos, DAS 101-3, Matrícula Siape nº 3203549 e **Mirza Rachel Cintra e Silva**, Agente Administrativo, FCT 3, Matrícula Siape 1823246, para participação no 4º Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições, a ser ministrado integralmente *online*, com transmissão ao vivo, no período de 03 a 05/11/2020, com carga horária de 24h, a ser promovido pelo **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INP - LTDA/CNPJ N.º 10.498.974/0001-09**, no valor total de **R\$ 9.720,00 (nove mil setecentos e vinte reais)**

2.3. O processo foi submetido à análise da **CODEP/CGESP**, que por meio do Despacho n.º 295/2020 (SEI! n.º 2415103) informa que o tema do evento consta nas trilhas de aprendizagem das competências programadas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP/2020.

2.4. Constam no processo as NoC's 01 e Projeto Básico/Plano de Trabalho/NoC 02 dos servidores que participarão do evento bem como o folder com o conteúdo programático do evento (SEI! n.º 2448955).

3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Encontram-se anexadas ao SEI as certidões demonstrando a situação de regularidade fiscal e trabalhista da futura empresa a ser contratada, o qual não há nada que desabone ou impeça de contratar com a Administração Pública, conforme detalhado abaixo:

- Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF (SEI! n.º 2447068);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - TST (SEI! n.º 2447075);
- Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (SEI! n.º 2447083)
- Tribunal de Contas da União Certidão - TCU (SEI! n.º 2447100);
- Cadastro Nacional de Justiça – CNJ (SEI! n.º 2447113); e
- Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN (SEI! n.º 2447117).

4. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

A seguir relacionamos as justificativas para a contratação por **inexigibilidade** - com base no caput do Art. 25, inciso II combinado com Art. 13 inciso VI da Lei nº 8666/93 e suas alterações, quando houver inviabilidade de competição ou singularidade (notória especialização) do objeto em questão:

A Decisão nº 439, de 1998 – Plenário do TCU - mostra nos seus estritos termos, a saber, que:

“É notoriamente sabido que na maioria das vezes, no caso concreto, é difícil estabelecer padrões adequados de competição para escolher inserentamente entre diferentes professores ou cursos, tornando-se complicado comparar o talento e a capacidade didática dos diversos mestres”. “Sendo de natureza singular o serviço, será fatalmente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por participantes diversos.”

“Desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação por imperativo lógico que consta do art. 23, inciso II do Decreto- Lei nº 2.300/86.” (Treinamento de Pessoal)”.

Segundo Antônio Carlos Cintra do Amaral, assevera que:

“Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal é serviço técnico profissional especializado, previsto no art. 13, VI da mesma Lei nº 8.666/93. Em princípio, é de natureza singular; porque é conduzido por uma ou mais pessoas físicas, mesmo quando a contratada é pessoa jurídica. A singularidade reside em que essas pessoas físicas (instrutores ou docentes) requer-se: a) Experiência, b) Domínio do assunto, c) Didática, d) Experiência e Habilidade na condução de grupos, e) Capacidade de comunicação. Porém como não se pode dissociar o treinamento do instrutor ou docente, essa singularidade subjetiva é também objetiva. Vale dizer: também o serviço prestado por ele é singular...”

Não obstante, a AGU já pacificou a questão nos seguintes termos, na sua ON nº 18, de 2009:

“Contrata-se por Inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inciso II da Lei 8.666/93 de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição de cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se denotório especialista.”

Por último, a Súmula n.º 264 do Tribunal de Contas da União (Informativo de Jurisprudência Sobre Licitações e Contratos nº 65) diz que:

“A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de

subjetividade insusceptível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993."

Nesse diapasão, é nítido visualizar que o procedimento licitatório em tela deva ser realizado por inexigibilidade, com base no caput do Art. 25, inciso II combinado com art. 13 inciso VI da Lei nº 8666/93 e suas alterações, quando houver inviabilidade de competição ou singularidade (notória especialização) do objeto em questão.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

5.1. Segundo a Orientação Normativa nº 17, de 1º de abril de 2009 diz que:

"É obrigatória a justificativa de preço na Inexigibilidade de Licitação, que deverá ser realizada mediante a comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros Órgãos Públicos ou Pessoas Privadas." (Griffo nosso).

5.2. Com base na Orientação Normativa da AGU, foi solicitado à futura contratada - **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INP - LTDA** cotação dos preços praticados junto aos Entes da Administração Pública e Iniciativa Privada, a fim de comparar o investimento pleiteado pela Funasa (Justificativa do Preço). Em resposta, a empresa encaminhou 3 (três) Notas de Empenho, citada no quadro abaixo o qual comprova uma consonância entre o valor contratado junto à Administração Pública e o valor ofertado à FUNASA, vejamos:

Órgão/Ministério	Nota de Empenho/Danfe	Valor Unitário	Documentos
Funasa/Pres (Proposta)	Não há Empenho ainda	R\$ 2.700,00	(SEI! n.º 2446713)
FIOTEC/RJ	10068324	R\$ 2.700,00	(SEI! n.º 2448926)
HOSP UFRJ	2020NE000104	R\$ 2.700,00	(SEI! n.º 2448934)
JFPI	2020NE001003	R\$ 2.700,00	(SEI! n.º 2448941)

6. DOS ENCAMINHAMENTOS

6.1. Portanto, encaminho os autos à COCAT para análise e deliberação da instrução processual feita pelo SERCO.

6.2. Após, enviar os autos ao Sr. Diretor do Departamento de Administração bem como ao Sr. Presidente desta Funasa para assinatura do Ato de Inexigibilidade nº 14/2020 (bloco de assinatura n.º 188945), entendendo que todos os pressupostos para a contratação por inexigibilidade foram atendidos, no âmbito desta Unidade.

6.3. Posteriormente, restituir o processo ao SERCO para que possamos:

- Publicar o Ato de Inexigibilidade no SIASG/NET;
- Em seguida, encaminhar os autos, à COPEO/CGOFI para emissão de empenho e por fim;
- À CODEP/CGESP para elaboração da Portaria de autorização de eventos de capacitação.

Atenciosamente,

MÁRCIO BIAGE DA SILVEIRA

Chefe do Serviço de Compras e Contratos

De acordo, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Recursos Logísticos na forma proposta,

GUILHERME FRAGOSO CARNEIRO

Coordenador de Compras e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Biage da Silveira, Chefe do Serviço de Compras e Contratos**, em 23/10/2020, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Fragoso Carneiro, Coordenador de Compras e Contratos**, em 23/10/2020, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.funasa.gov.br/consulta>, informando o código verificador **2450261** e o código CRC **4AC59EB8**.

Referência: Processo nº 25100.005853/2020-92

SEI nº 2450261